

Especuladores estão de olho no Brasil

Economista afirma que o desequilíbrio das contas públicas fragiliza o país. Mas há a possibilidade de o governo recorrer ao FMI

Ricardo Leopoldo
Da equipe do **Correio**

São Paulo — Até março o Brasil e outros países em desenvolvimento correm o risco de ser alvo de ataques especulativos. A advertência é do vice-presidente do banco de investimentos Goldman & Sachs, Paulo Leme. Ele diz que o governo não pode deixar para aprovar as reformas administrativas da Previdência Social depois do Carnaval. Isso porque, os resultados comerciais do primeiro trimestre serão conhecidos em março.

“Não podemos ser ingênuos e dizer que tudo está bem, quando as contas públicas de 1997 apresentarão resultados abaixo do esperado”, comentou Leme, um economista muito respeitado pela equipe do Ministério da Fazenda. Ele se referia ao superávit primário (receitas maiores que as despesas da União, sem juros e correção monetária). O Ministério da Fazenda apostava que esse número ficaria em torno de 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB, soma dos bens e serviços produzidos pelo país em um ano). A quantia é equivalente a R\$ 12 bilhões. “Não passará de 0,5% do PIB”, comentou o economista, que trabalhou durante nove anos no Fundo Monetário International (FMI).

RESERVAS

Para Leme, as autoridades do governo não devem se distrair e dedicar grande atenção aos efeitos da crise asiática sobre o Brasil. O economista, contudo, ressalta que a comunidade financeira de Wall Street respeita as autoridades de Brasília porque o governo agiu corretamente no final de outubro para defender o real. O país perdeu quase R\$ 10 bilhões em reservas internacionais. Eleveu os juros básicos da economia de 20% para 43% ao ano e conseguiu evitar uma sangria maior dos recursos cambiais.

Para compensar o custo da medida, teve de anunciar, 15 dias depois, um corte de R\$ 20 bilhões de despesas públicas. Os efeitos do pacote deverão reduzir o ritmo de atividade da economia, o que aumentará o desemprego em 1998.

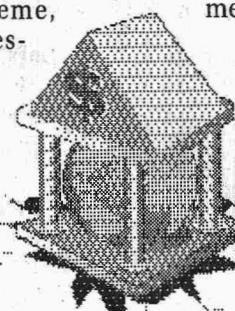
PRESSÕES

“Se o Brasil sofrer novos ataques especulativos, o governo tomará medidas para não desvalorizar o real. Aumentará os juros e cortará mais ainda os gastos públicos”, avaliou Leme. “Caso as pressões continuem, e ocorra outra perda de R\$ 10 bilhões de reservas, o país deverá recorrer ao FMI, que está pronto para emprestar R\$ 25 bilhões ou mais para sanar os problemas financeiros em momentos agudos.”

Até março, diz Leme, o Brasil deverá mostrar os primeiros resultados significativos de exportações e importações, que compõem a balança comercial. “Os investidores estão atentos ao esforço do país em diminuir o rombo nas contas externas e se não houver redução do déficit a elevação dos juros e medidas fiscais duras podem demonstrar, na prática, efeitos abaixo do desejável”, disse.

Leme acredita que é fundamental que o governo e o Congresso aprovem as reformas até o fim de fevereiro. Há a percepção, no exterior, de que o Executivo tem pouco tempo no ano eleitoral para mudar a Constituição em pontos sensíveis, como o sistema de Previdência Social.

“Há perigos externos. A crise ainda não chegou ao Japão. Instituições financeiras daquele país têm aproximadamente US\$ 500 bilhões em créditos de difícil recebimento. Os problemas dos países asiáticos são crônicos e levarão de 18 a 24 meses para acabar. É importante que o Brasil se fortaleça o mais rápido possível”, concluiu o economista.



France Presse 20.7.97



Leme diz que os problemas são crônicos e dificilmente os países asiáticos vão superar a crise em menos de 18 meses